



Mulheres, Monstres e Entremeios

Women, Monsters and In-Betweens

Mujeres, monstruos y espacios intermedios

■ Céu Cavalcanti¹

e-mail: ceucavalcanti@gmail.com

E se puder ser convenientemente feito, que a bruxa seja conduzida de costas à presença do juiz e seus assessores. E não só no presente momento, mas em todos os que o precederam ou sucederão que o juiz faça o sinal da cruz e que dela se aproxime corajosamente, pois que com o auxílio de Deus o poder da velha serpente será destruído. (Malleus Maleficarum. 1487 p.449)

Um pouco de micropolítica de inquisições

Palavras-chave: Políticas antigênero; diversidade; monstruosidades; democracia

Keywords: anti-gender politics; diversity; monstrosity; democracy

Palabras clave: Políticas antigênero; Diversidad; Monstruosidades; Democracia

Inquisição é uma palavra que volta e meia retoma algumas cenas. Agora neste momento, enquanto me sento para iniciar estes escritos, inquisição é palavra que sombria alguns modos e medos que sopram na minha pele. Inevitável, portanto, começar do começo e dar uma rápida passada de olhos no famigerado Malleus Maleficarum que faz uns anos, figura disfarçado ali na minha estante de livros. Paro os olhos na citação acima transcrita, onde, no meio das recomendações de algum nível de processualidade penal, é recomendado que o Juiz não olhe nos olhos da bruxa a ser julgada. Há um risco iminente que exige desses bravos homens a coragem para estar em presença dessas temíveis criaturas. Estar no mesmo ambiente já é risco suficiente. Olhar nos olhos, é potencializar ainda mais o risco, dada a periculosidade demoníaca com a qual se lida. Nas várias camadas que envolvem a recomendação de levar a bruxa sempre de costas à presença do juiz, é inevitável pensar que o principal risco é o satânico ato de enxergar alguma humanidade naquele corpo torturado e em breve, executado.

¹ Docente do Departamento de Psicologia Social, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do PPG EICOS (UFRJ). Coordenadora do Laboratório de Políticas Sociais e Subjetividade (LAPOLIS). Doutora em Psicologia pela UFRJ. Atua no campo das intersecções entre os temas de psicologia, políticas de proteção social, segurança pública, direitos humanos, políticas públicas, intersectorialidades, feminismos interseccionais e teorias da subjetividade.

Ensaio *Essay*

Essa imagem – o arriscado ato da produção de alguma empatia a partir do olhar me convoca aqui e pensar uma série de elementos complexos que mobilizam o que podemos começar a nomear junto com Donna Haraway (1995) como políticas de visão. Certo modo de olhar que produz em seus enlaces a relação que se busca enxergar. Tomando esta imagem como guia, não é difícil resgatar um conjunto de elementos que nos ajudem a delimitar os temas aqui propostos nessa senda que enovela marcadores sociais da diferença, disputas políticas no Brasil contemporâneo e resquícios de um fascismo que nunca saiu de fato do horizonte do capitalismo ocidental, ainda que tenhamos, de 88 para cá, tentado disputar em nosso país, um Estado de bem-estar social com alguns grandes efeitos palpáveis, como por exemplo o SUS e o SUAS.

Na complexa vereda do presente, a figura da bruxa enquanto corpo a receber o ódio coletivo vai ganhando contornos novos e, algumas marcas simbólicas de seus contextos (como o flagelo público), parecem ganhar roupagem contemporânea em determinadas esferas do presente que se alimentam e lucram com a glorificação da violência dirigida a determinadas pessoas e grupos sociais.

Como lente analítica que nos ajuda a pensar o presente, cabe entender junto a Guattari e Rolnik (1996) algumas pistas introdutórias da perspectiva que me atravessa ao seguir este texto. Importante reflexão é feita já no início do livro *Micropolíticas*, cartografias do desejo, onde apresentam a perspectiva de entender a subjetividade enquanto uma produção atravessada por diferentes esferas coletivas, históricas e econômicas, de modo que, pensar micropolítica e modos de composição de sujeito implica necessariamente pensar também macropolíticas e modos desde os quais o capitalismo colonial que organiza todas as dimensões do Estado, convoca também modos em nós. Produção desejante constante, diriam Felix Guattari e Suely Rolnik. Produção de desejo que não raro, é capturada pelo capitalismo que entendeu produção de subjetividade como um dos mais lucrativos recursos na manutenção e proliferação do neoliberalismo (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Na mesma direção Suely Rolnik (2018) aponta o quanto o regime econômico e político captura não só elementos objetivos, mas também os próprios modos de vida e sentido, extraíndo força de expansão dos próprios processos de produção de subjetividade. Para ela:

Tal perspectiva ajuda a entender como sujeito vai sendo efeito de um quadro complexo, incluindo elementos sociais, históricos, políticos e econômicos. Sujeito aqui é

A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo seguindo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disto decorre que a fonte da qual o regime extrai força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica - o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater. (2018 p.32-33)

não uma ontologia imutável decorrente de sinapses ou de um registro fixo inscrito nos genes, como ainda hoje certa perspectiva biologizante parece querer impor. Quem somos vai sendo sempre o que sobra das diferentes linhas de força que tentam a todo momento nos capturar e convocar modos de ser. Havia uma música dos anos 80 que repetia “somos quem podemos ser”. Aqui cabe chamar atenção que perspectivas racistas, transfóbicas, misóginas e que de um modo geral não suportam a diferença também vão sendo lugares a que determinadas pessoas vão sendo chamadas a ocupar e, em seus modos de produção constante de si, respondem ou não à essas convocações. Não é natural querer queimar bruxas em praça pública, tampouco é delas a culpa disto.

Suely Rolnik (2018) aponta dois modos existenciais de produção de subjetividade no Brasil contemporâneo, segundo ela, há um modo nomeado como micropolítica ativa, guiado por uma bússola ética, aqui vemos modos de produção e sustentação do próprio desejo, de uma subjetividade que consegue sustentar a tensão inerente a um mundo em modificação, onde a diferença convoca aberturas constantes ao novo e a mudanças. Ética aqui toma um sentido espinosano ao apontar para uma pista de atenção aos efeitos do mundo em nós e nossos no mundo e em nossos arredores. Aqui a autora fala de um modo de ser que não se sente superior ou ameaçado por qualquer elemento que não seja idêntico a si e ao mundo no restrito quintal e formato já conhecido. Contudo, no contraponto a esse modo, há uma outra micropolítica sendo produzida incessantemente em nosso tempo e contexto, que a autora vai nomear como micropolítica reativa, esta baseia-se não em uma ética, mas em um código moral já prescrito rigidamente por força de autoridade. Diferente da micropolítica ativa, a micropolítica reativa compõe uma subjetividade que não consegue lidar com a tensão da diferença e observa o mundo a partir de sua estreita régua moral. Aqui novamente num sentido espinosano é o avesso de uma ética, moral é um conjunto de códigos transcendentais a serem prontamente seguidos. Na perspectiva espinosana (que também se alinha com a de Suely Rolnik), uma moral não convoca posição ativa no mundo e reflexão sobre motivos e efeitos enquanto agente constante da ação, uma moral convoca apenas obediência. Nesse modelo, Suely Rolnik nos ajuda a pensar sobre os perigos da micropolítica reativa ao trazer que:

Sendo o desconforto interpretado como “coisa ruim”, evidentemente alguém tem que ser o culpado. Reduzida ao sujeito, a subjetividade só dispõe de duas opções para determinar de quem é a culpa por seu estado instável, sendo ambas as opções fruto de construções fantasmáticas: o próprio sujeito ou um outro qualquer escolhido para desempenhar o papel de vilão. Em outras palavras, ou a subjetividade introjeta a causa de sua desestabilização como uma suposta deficiência de si mesma, o que impregna sua angústia de sentimentos de inferioridade e vergonha; ou ela a projeta numa suposta maldade que lhe estaria sendo endereçada de fora, o que impregna sua angústia de sensações paranoides, ódio e ressentimento. (2018 p.70)

Inevitável ler essa passagem e não pensar nos rumos da política mundial contemporânea. Poderíamos, à guisa de exemplos, tomar livros de história para pensar demoniza-

ções da diferença, contudo, essa é a principal dança do presente, de modo que, não precisamos sequer ir muito longe para perceber bem na nossa cara os mais variados exemplos onde uma micropolítica reativa vai sendo agenciada para ditar os rumos do tempo presente. Sigamos, pois, com alguns exemplos que emanam de nossa atmosfera densa.

Lauren Olamina, Jota Mombaça e todes nós, nos portões do fim do mundo.

A atmosfera anda rarefeita. Mais para algunes de nós do que para outres. Contudo, se a metáfora da ausência de ar é já antiga para pensar toxidades, desde os últimos seis anos, algo mudou em nosso imaginário coletivo e nos trouxe uma literalidade mortífera para as dinâmicas de sufocamento. Inevitável lembrar a imagem de um presidente da república eleito por maioria dos votos, debochando das centenas de milhares de pessoas que morreram por conta de um novo vírus. Qualquer cenário de filme de catástrofe apocalíptica teve forte concorrência com a realidade e com os jornais diários que passavam em todo o Brasil exatamente seis anos atrás. Conseguimos a muitas custas, superar a pandemia de covid-19, conseguimos também com muito esforço, superar o triturante mandato de Jair Bolsonaro e conseguimos enquanto país, inclusive, evitar um golpe de Estado que chegou a destruir o espaço físico de diferentes instituições na praça dos três poderes e planejava assassinar o presidente da república democraticamente eleito, o vice-presidente, vários ministros do STF entre outras pessoas cujos cargos são fundamentais para o funcionamento pleno do Estado Brasileiro.

Ainda que tenhamos conseguido promover um amplo debate sobre golpe, a disputa de narrativa segue operando composições micropolíticas reativas, fazendo com que os riscos de aparelhamentos autoritários não tenham acabado completamente. Como exemplo, segue em tramitação na câmara de deputados o projeto de lei 2858/2022 de autoria do deputado Major Victor Hugo do PL/GO (mesmo partido do ex-presidente Bolsonaro). Tal projeto visa conceder anistia a todas as pessoas envolvidas na tentativa do golpe de janeiro de 2022 e, ao mesmo tempo que opera como um salvo conduto, também funciona no plano das disputas da verdade como uma ferramenta que ajuda a entender a punição à tentativa de golpe antidemocrático, enquanto “prisões políticas”, invertendo radicalmente a lógica ao redefinir como “ditadura” a punição ao grupo político que queria e falava abertamente sobre de fato implementar uma ditadura aos moldes da ditadura civil-militar instituída no Brasil com o golpe de 1964.

Para nós, pessoas brasileiras expectadoras atentas a tudo isso, um modo de funcionamento nos é constante nos últimos anos. Poderíamos pensar que é um modo que se acirra desde os “panelaços” no governo Dilma que abriram margem para o golpe de 2016. Desde então e em uma espiral crescente, não basta ver o absurdo em cena, precisamos também ver ele ser exaustivamente defendido e justificado a todo momento pelas mídias hegemônicas e por parcela cooptada da população que, uma vez convocada a isto, entende ser o campo político uma zona de livre manifestação do ódio contra todos os grupos que supostamente ameaçam.

Se este quadro vai sendo comum nas cenas locais, é da ordem do insuportável ver os modos como também nos últimos anos, o genocídio da população Palestina vai sendo não só televisionado, como mesmo justificado cotidianamente pela mídia hegemônica. Curiosíssima narrativa de “autodefesa” que autoriza o brutal estado de Israel a assassinar populações inteiras sem a menor retaliação. Os números de tal genocídio mudam a depender de quem conta, mas, segundo a mídia Brasileira eu mesma deveria estar muito feliz, pois o Estado de Israel até permite que pessoas trans possam se alistar no exército tendo assegurados os nossos nomes e gêneros, para, tal qual as empoderadas mulheres cis israelenses, pegar armas para assassinar crianças Palestinas, vejam que incrível.

Diante de cenas literais do fim do mundo, lembro aqui um ensaio que Jota Mombaça escreveu em 2016 sobre o livro de Octávia Butler *A parábola do Semeador*. Em um trecho, Jota pensa na personagem Lauren Olamina, uma adolescente que, vivendo um contexto distópico, entende que os frágeis portões que sustentam seu mundo podem se romper a qualquer momento e, com isso, começa a agir para se preparar para sobreviver nos piores quadros. Numa densa reflexão, Jota nos traz que:

A velocidade de atualização do colapso no presente imediato e sua ressonância com processos necropolíticos históricos fizeram de mim uma criatura incontornavelmente pessimista perante o futuro. Ser pessimista, no entanto, não significa desistir ou aceitar uma imagem fixa do apocalipse universal como destino último de toda forma de vida. Falo de um pessimismo vivo, capaz de refazer indefinidamente as próprias cartografias da catástrofe, com atenção aos deslocamentos de forças, aos reposicionamentos e coreografias do poder. No limite, falo de um pessimismo que é nada mais que um estudo, no sentido trazido aqui a partir de Moten e Harney: um plano de fuga. (2016. s.p.)

Um pessimismo que convoca a ação e ao entendimento sobre as rachaduras do presente, buscando elementos que possibilitem a fuga se assemelha em muito ao modo de uma micropolítica ativa anteriormente definida por Suely Rolnik (2018). Ao mesmo tempo, nos convoca a, observando de frente o colapso presente, há uma convocação a estarmos prontos e fortes na lida com seus efeitos constantes. Um pouco mais adiante, Jota segue:

Para Lauren, olhar o abismo do futuro e lidar com as realidades, por devastadoras que sejam, é determinante para a sobrevivência. Da mesma forma, gosto de perceber este tempo em sua crueldade e miséria, em sua crueza e desencanto, porque suspeito que não possamos simplesmente superá-lo ou transcendê-lo. Não se deixa para trás o que está por todo lado, mas também não se pode aceitar que o que está por todo lado estará para sempre aqui. Se o futuro está para ser moldado, e o presente é colapso, “aprender a desesperar” é a condição da esperança, e esgotar o que existe é a condição de abertura dos portões do impossível.” (2016. s.p.)

“Não se deixa para trás o que está por todo lado” é uma forte frase que parece organizar o afeto de ar rarefeito quando habitamos o paradoxo de, buscar ao mesmo tempo

Ensaio Essay

janelas de respiro, ferramentas de enfrentamento e linhas de fuga, mas nos mantemos minimamente atentos aos movimentos contrários à nossa existência que seguem tentando capturar e cooptar o máximo de gentes possíveis. Aprender a des-esperar como condição da esperança é uma sabedoria muito antiga, ela que talvez fez existir as melhores porções do que possamos pensar como uma subjetividade brasileira. É essa a condição que nos faz hoje ser o país e povo que somos, apesar de séculos de escravização, apesar de séculos de genocídios contra os diversos povos originários, apesar de um Estado composto por e para uma minoria que foi acumulando, geração a geração, riquezas, terras, espaços políticos e poder de (mandar) matar.

“Gado” é uma curiosa imagem do presente, usada para categorizar um grupo de pessoas que legitima e empresta corpo ao projeto Bolsonarista. Se há o “gado” há também uma série de outros personagens, desde a pessoa que vai guiando o gado até os donos da fazenda (que lucram com as transações de compra e venda, apesar de raramente precisarem ir até o pasto). Se parece não fazer muito sentido observar a proliferação de perspectivas delirantes que até contraditoriamente defendem interesses que precarizam e mortificam a si mesmas (como negar tomar vacinas, comemorar a alta inflação e o sucateamento das políticas sociais etc), Pierre Bourdieu (1989), num debate sobre o poder simbólico da relação política, aponta algumas pistas ao trazer que o que a política produz e disputa é certo modo de percepção, com seus temas, perspectivas e vocabulários possíveis, ainda que, para sustentar determinados projetos, o estreitamento da perspectiva de mundo e das possibilidades discursivas das pessoas é fundamental. Para Bourdieu:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. (BOURDIEU 1989. p.165)

Podemos pensar em um modo de fazer política que oferece como produto, um campo de livre expressão do ódio. Aqui, parece não ser fundamental ter algum projeto proposto, basta legitimar modos da micropolítica reativa ao alimentar dinâmicas persecutórias de eleição de inimizadas a serem publicamente responsabilizadas pelas mazelas da vida. Em resumo, basta produzir e combater monstres.

A valsa dos monstres

Lançado em 1995, a valsa dos monstros é o nome do primeiro álbum do compositor breão Yann Tiersen e aqui nesse ponto, me empresta imagem para a discussão que estamos fazendo. Há uma curiosa dança ao redor do tema monstruosidades e nos cabe breve digressão para entender que nem toda pessoa é alocada no lugar social de monstruosidade. No texto *A Cultura dos Monstros: Sete teses*, Jerome Cohen aponta um conjunto de pistas para que possamos entender essa curiosa figura que aparece em diferentes representações simbólicas que, não raro, tomam a literalidade como corpo a receber os efeitos do agenciamento do medo e do ódio de diferentes grupos sociais. Para este autor, um interessante modo de ler as culturas é perceber os monstros que elas engendram (COHEN, 2000).

Um constructo e uma projeção, o monstro existe apenas para ser lido: o *monstrum* é, etimologicamente, “aquele que revela”, “aquele que adverte”, um glifo em busca de um hierofante. Como uma letra na página, o monstro significa algo diferente dele: é sempre um deslocamento; ele habita, sempre, o intervalo entre o momento da convulsão que o criou e o momento no qual ele é recebido — para nascer outra vez. (COHEN, 2000. p.27)

Se o monstro é aquele que revela e se junto a este entendimento seguimos tomando a pista das percepções micropolíticas, o monstro é forjado pelo afeto reativo ao revelar justamente as contradições de modos de subjetividade cerrada em si mesma. Se há um projeto de fomentar nas pessoas modelos rígidos de modos muito restritos de ser, a existência pública de outras formas ameaça diretamente o suposto destino daqueles modelos. Numa inversão reativa, ao invés da amplificação dos modelos de leitura de mundo, opta-se pela destruição do que desestabiliza os modos atuais. Essa premissa ajuda a pensar, por exemplo, porque ao mesmo tempo em que vimos a geração atual produzir cerimônias de “chá de revelação de gênero”, apontando expectativas de lugares sociais muito distintos caso o bebê venha a ser marcado como menino ou menina, vemos ainda um enorme número de pessoas que simplesmente não suporta a possibilidade da existência pública de pessoas trans. Seguindo a pista de Cohen, só em existir, o corpo trans revela a grande falácia que a cisgeneridade normativa somada ao projeto conservador rigidamente demarca entre apenas duas categorias possíveis de existência: mulheres “frágeis” e dominadas e homens “fortes” e dominadores. Qualquer fuga a esta categorização disjuntiva e fechada em um modelo de oposição binária acaba sendo, em alguns círculos, temida e elencada ao lugar do monstruoso. Cohen segue:

Uma categoria mista, o monstro resiste a qualquer classificação construída com base em uma hierarquia ou em uma oposição meramente binária, exigindo, em vez disso, um “sistema” que permita a polifonia, a reação mista (diferença na mesmidade, repulsão na atração) e a resistência à integração — que permita aquilo que Hogle (1988, p. 161) chamou de “um jogo mais profundo de diferenças, um polimorfismo não-binário na ‘base’ da natureza humana”. (2000 p.31)

O monstro enseja a amplificação das relações com a diferença a partir da impossibilidade de classificação hierárquica, dado seu caráter de imprevisibilidade que o torna incontrollável. O monstro exige, num diálogo com Rolnik, micropolíticas ativas, modos de composição de si que sustentem o contato com o desconhecido e o imprevisível.

Por fim, Cohen nos dá pistas que, na composição de uma hegemonia autoproclamada a zona da normalidade e espelho da humanidade, diferentes marcadores sociais da diferença podem ser alocados no lugar da monstruosidade e, contra eles, a humanidade vai erguer tochas, pedras e acender fogueiras em praça pública.

O monstro é a diferença feita carne; ele mora no nosso meio. Em sua função como Outro dialético ou suplemento que funciona como terceiro termo, o monstro é uma incorporação do Fora, do Além — de todos aqueles *loci* que são retoricamente colocados como distantes e distintos, mas que se originam no Dentro. Qualquer tipo de alteridade pode ser inscrito através (construído através) do corpo monstruoso, mas, em sua maior parte, a diferença monstruosa tende a ser cultural, política, racial, econômica, sexual. (COHEN. 2000 p.32)

Uma diferença que ameaça porque denuncia a arbitrariedade das construções normativas impostas por projetos enrijecidos de produção de subjetividade é uma boa síntese para pensar monstruosidades. Se iniciamos este texto com um trecho do *Malleus Maleficarum*, também nomeado *O Martelo das Feiticeiras*, manual para inquisidores legitimado pela igreja católica no século XV, cabe entender bruxas enquanto mulheres que desde sempre fogem da boa figura cristã da “bela, recatada e do lar”. Curiosamente, desde o manual das inquisições, é marcado que bruxas nunca andam sozinhas. Em suas festas e sabbats, é sabido que as mais diferentes criaturas monstruosas se encontram e se celebram em cortejos insuportáveis e enlouquecedores para os olhos normativos. Bruxas, demônios, espíritos das matas e dos rios, fantasmas de ancestrais e toda gama de gentes e seres encantados, andam todos juntas pelas noites de mistério a assombrar, desde sempre, o sono das engessadas subjetividades que se creditam réguas e baluartes da humanidade.

Algumas breves cenas analisadoras

Em inícios de 2026, acontecimentos absurdos envolvendo grupos de homens adolescentes tomam as cenas da mídia brasileira. Em um primeiro caso, um grupo de jovens tortura e mata um cachorro de rua com requintes de crueldade. A repercussão gerada fez com que suas famílias os enviassem para férias nos EUA como forma de os proteger da responsabilização. Certo tempo depois, outro grupo de homens jovens volta às cenas da mídia quando se juntam em um pavoroso caso de estupro coletivo de uma colega de escola. O ato foi planejado em conjunto inclusive pelo jovem com o qual ela manteve um relacionamento. Em comum entre estes dois casos, todos eles eram jovens brancos, cisgêneros, heterossexuais e de famílias com muito acesso a renda. No segundo caso, também é um importante analisador que um dos jovens, ao se apresentar para a polícia, vestia uma

camisa com a frase “*Regret Nothing*”, que é associada a grupos de propagação de misoginia e violência contra mulheres e demais minorias e pode ser traduzida como “não me arrependo de nada”. O que poderia parecer só uma frase aleatória, rapidamente foi identificada como sendo um dos lemas de um movimento masculinista propagador de violência especialmente por canais de internet chamado *red pill*. Fazendo alusão a uma cena do filme *Matrix* (que curiosamente foi escrito e dirigido por duas mulheres trans), tal movimento defende que homens (brancos e heterossexuais) precisariam retomar seus lugares de dominação enfrentando mulheres e demais grupos minoritários. Não à toa, enquanto o Brasil vivia ainda a repercussão desses casos de violências cometidas por grupos de adolescentes, viraliza um desafio entre jovens de se gravar e postar ensaiando uma gama de agressões físicas a “caso ela diga não”.

Outra cena que pode aqui operar enquanto analisadora me acontece poucos dias atrás. Enquanto caminhava pelo largo da Carioca, espaço aberto no centro do Rio de Janeiro, sou abordada por duas pessoas que tinham um perfil muito similar ao das que invadiram Brasília nos atentados bolsonaristas de janeiro de 2023. Rapidamente percebo os arredores enquanto não abro espaço para que eles me interpelem: abordavam todas as pessoas que passavam, tentando as convencer a gravar vídeos falando mal da esquerda. Um pouco mais a frente, havia uma tenda com uma mesa no meio e atrás dela, um ex-vereador gravava um vídeo sentado atrás da mesa e de frente para a praça. O sentido da cena se completa para mim e entendo que eram pessoas da equipe deste personagem, buscando usar quem, porventura, desse algum espaço, em prol da campanha daquela figura política. Chamo atenção aqui para o grau de hipocrisia e manipulação discursiva posta em cena. O ex-vereador se coloca como defensor da moralidade, da família e dos bons costumes e se elegeu não por propor projetos de melhorias de vida para a população que ele defende, mas sim escolhendo, combatendo e perseguindo inimigos sempre elencados como monstres³. Este mesmo personagem da política carioca não chegou a viver integralmente seu mandato, porque foi cassado e em seguida preso por acusação de estupro, além de ser acusado (em parte por sua própria equipe de assessoria) de assédio sexual e moral, abuso de autoridade, perseguição, desacato, difamação, agressão a uma pessoa em situação de rua, além de ter produzido e divulgado vídeo pornográfico com uma adolescente de 15 anos. Curiosa e triste coincidência, um dos seus ex-assessores sofre um acidente fatal e morre três dias após ter prestado depoimento acusando o ex-vereador. Depois de três anos em regime fechado, por determinação do STJ, ele passa a cumprir medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de sair do Rio de Janeiro.

Tanto o ex-vereador quanto um grande número de seus seguidores, longe de refletir criticamente sobre todo esse histórico de acusações de variados atos de violência, hoje culpam a mulher estuprada por ter denunciado, valendo-se do clássico discurso de que ela, como um ato de pura maldade “quase acabou com a vida” do coitado do homem. O ví-

³ Em 2022, ele perseguiu pelas ruas, provocou e filmou um grupo de mulheres trans que estavam em Copacabana. Uma delas, influencer, fez a denúncia em suas redes e chegou a tentar fazer um boletim de ocorrência, contudo, sem sucesso. A jovem influencer relatou medo de sofrer novas violências ainda mais graves, após ser exposta nas redes sociais do perseguidor <https://ponte.org/influencer-esta-com-medo-apos-ser-exposta-em-video-transfobico-de-gabriel-monteiro/>

Ensaio *Essay*

deo em que o ex-vereador comenta sua soltura foi postado por uma página que se propõe a ser “advocacia para homens”. A página também usa o termo “Advocacia Masculina Premium”. Apesar de tudo, o ex-vereador continua sendo colocado como arauto e defensor da moralidade e segue com mais de cinco milhões de seguidores nas redes sociais.

Se as cenas até aqui apontam como masculinidade branca cishétera vai sendo lócus de agenciamento de violência e fonte de ressentimento contra tudo que não é espelho, há também uma proliferação do ódio que se espalha em camadas em diferentes frentes. Se há um discurso conservador, alinhado ao mesmo tempo com militarismos e com usos do movimento neopentecostal no Brasil, há também alianças feitas com esses grupos que toma como ponto em comum o combate a monstres. Cabe aqui pensar o que significa o movimento de feministas conservadoras escolhendo se alinhar a grupos abertamente masculinistas e misóginos, unicamente para buscando legitimação de seu ódio transfóbico. Se parlamentares da extrema direita entenderam que não precisam apresentar projeto algum desde que agenciem o ódio e o ressentimento coletivo, em direção similar grupos de mulheres cisgêneras parecem ter entendido que para se pensarem feministas e se acreditarem lutadoras contra as opressões, não precisa construir pautas concretas de mudança real da vida das mulheres, basta perseguir, combater e precarizar ainda mais as vidas trans.

Sopa de letrinhas sobrepostas?

Sopa de letrinhas é o termo utilizado por Regina Facchini (2005) para pensar sobre complexidades dos processos de nomeação sexo-gênero dissidentes. A imagem de uma sopa enquanto um grande caldo misturado onde boiam letras parece compor certo imaginário sobre as localizações políticas que se estabelecem ao redor de diferentes lutas, contudo, não há como não perceber que a sopa borbulha em diferentes tons, em jogos de força que algumas vezes buscam reiterar desigualdades na velha composição binomial entre normalidades x monstrosidades.

Um movimento surgido nos últimos anos parece encarnar um curioso tom ao tentar compor um movimento ao mesmo tempo pró diversidade de orientação sexual e contrário à existência de pessoas trans. Chamado LGB Internacional⁴, o movimento define em suas próprias redes que é um grupo que “promove e defende interesses de gays, lésbicas e bissexuais”, contudo considerando “a realidade do sexo biológico”. No próprio site, este grupo afirma muitas vezes que, apesar de defender direitos para pessoas cis LGB, ele seria contrário à “Ideologia de gênero”. Cabe ressaltar que este termo é amplamente utilizado pela extrema-direita e por grupos conservadores como um falso conceito e argumento espantoso acionado para justificar perseguição a uma série de direitos, desde os direitos sexuais e reprodutivos, direitos como um todo para a população LGBTI, agendas feministas etc. Ponto em comum é que ultimamente este argumento vai sendo acionado especialmente para perseguir pessoas trans ao reivindicarmos direitos ainda básicos.

⁴ <https://www.lgbinternational.org/about>

Precária tentativa de limpeza em que, marcar a cisgeneridade como superioridade moral parece ser alguma estratégia de convencer a cisheterossexualidade de pontos de similaridade e convocar alguma solidariedade. A construção desta passa, contudo, pelo ataque direto a pessoas trans como moeda de barganha. No altar da normalidade, o movimento cis LGB nos sacrifica como preço a talvez (e muito talvez) serem vistos como humanos por aqueles grupos que, com suas tochas ao alto, perseguem quem não for humano.

Separações internas e hierarquizações, contudo, não são novas. No auge das eferescências da reconstrução do Brasil pós ditadura civil-militar, em 1 de maio de 1987, o jornal *correio brasiliense* publica uma matéria apresentando alguns debates do dia anterior no rol das assembleias constituintes e dos amplos debates sobre a nova constituição. A matéria intitulada: *“Dia das minorias na Constituinte. Deficientes exigem direitos, homossexuais condenam o preconceito.”*⁵ A matéria fala de dois grupos sociais presentes nas constituintes para apontar necessidades de proteção e garantia de direitos. Na ocasião, o movimento triângulo rosa, representado por João Antonio Mascarenhas solicitava que a proteção contra a discriminação por orientação sexual⁶ constasse no texto da nova constituição. Sua presença gerou um amplo debate agenciado por grupos de deputados cristãos e uma fala em especial do deputado Ubiratan Spinelli do PDS de Mato Grosso aqui nos opera como um analisador importante. Ele diz:

Não tenho nada contra os homossexuais, mas acho que eles deviam ser mais comedidos (...) Existem três classes de homossexuais: os educados, os gays – que fazem escândalos – e os travestis. Alguns deles vêm com insinuações e atitudes que incomodam (Fala na assembleia constituinte de 30 de abril de 1987 publicada no *correio Brasiliense* de 1 de maio de 1987)

Curiosa categorização feita pelo deputado, que organiza toda a população sexo-gênero dissidente do país em três categorias hierárquicas: os “educados”, os “gays escandalosos” e “os” travestis. Nessa composição, educados seriam aqueles que, mesmo sendo LGB, mimetizariam tanto a norma, que não incomodariam em nada. Já os escandalosos e pior, travestis, seriam categorias de pessoas que incomodariam diretamente a normalidade, justificando por “seu comportamento” as mais distintas violências que sofram. Ainda como publicado no mesmo jornal, é apontado como algumas deputadas entenderam a presença do movimento homossexual como um elemento inspirador para os trabalhos, ao passo em que, irritado com isso, o mesmo deputado Ubiratan que havia tentado impedir a presença do grupo, se irrita e não contém seu desdém.

⁵ É possível acessar a matéria na íntegra aqui: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/29/browse?value=Mascarenhas%2C+Jo%C3%A3o+Antonio+de+Souza&type=subject>

⁶ Aqui cabe entender que, diferente do movimento LGB Internacional, o que historicamente fora chamado de movimento “homossexual” nos anos 80 e 90 era já síntese do que depois do estabelecimento das conferências nacionais de políticas públicas ficou definido no Brasil como movimento LGBT, com a posterior inserção do I e posteriormente de outras letras a depender do contexto. Cabe entendermos que a unificação primeira das pautas ao redor do termo “homossexual” nos anos 80 e 90 fala de um conjunto de vetores e jogos de força, sem dúvidas, mas fala também dos vocabulários e modos de composição disponíveis na época e que foram se modificando e produzindo os vocabulários disponíveis hoje. Não se trata, cabe reiterar, de alguma sinalização do que hoje é o movimento LGB sem T.

Ensaio Essay

Talvez seja exatamente o caráter renovador da visita que tenha feito ontem, o deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT) pedir a palavra para lembrar que “os homossexuais deviam se comportar melhor e deixar as outras pessoas em paz”. (Correio Brasiliense, 1 de maio de 1987)

Uma presença que incomoda é elemento da monstruosidade e o deputado em tela parece emprestar voz a um incômodo coletivamente sentido. Fico pensando que “educados” enquanto aquela pequena parcela de pessoas sexo gênero dissidentes que não incomodam, parece ser o horizonte de uma micropolítica reativa que produz vergonha de si e desejo de se afastar do que, em sua própria comunidade, é mais difícil de higienizar e fazer parecer com quem nos condena e mata. Assim me parece querer tentar ser o movimento LGB que odeia e culpabiliza pessoas trans.

Para não incomodar quem nos violenta e mata?

A ideia de um coletivo “escandaloso” que incomoda atravessa o imaginário brasileiro sobre pessoas sexo gênero dissidentes faz muito tempo. E aqui ele me empresta imagem desde a fala do desnecessário deputado da constituinte para pensar que, ainda que não enunciada abertamente, a ideia de que incomodamos e de que deveríamos não incomodar parece ter seguido ditando alguns rumos da política brasileira das últimas duas décadas.

Inevitável lembrar aqui de todas as dimensões e camadas de uma disputa que ocorre no governo Dilma a partir das polemizações sobre a campanha do MEC “*Escola sem Homofobia*”. Sendo um importante instrumento de avanço nos direitos de pessoas LGBTI, alguns materiais didáticos seriam distribuídos para fomentar o debate sobre respeito, dignidade e inclusão nos ambientes escolares, sempre apontados como espaços produtores de muito sofrimento. Se inicia uma disputa discursiva que podemos entender como um primeiro grande golpe nos movimentos sociais, quando grupos conservadores utilizam o pânico moral para incitar ódio tomando como espantalho o programa Escola sem Homofobia. Duas figuras começam a ganhar destaque aqui: o deputado pastor Marco Feliciano e o até então desconhecido deputado Jair Bolsonaro.⁷ Em 25 de maio de 2011, o Jornal O Globo publica a matéria intitulada: “*Após pressão de religiosos, Dilma suspende produção de ‘kit anti-homofobia’*”⁸. Nela, é relatado que logo após uma reunião com a bancada cristã (evangélica e católica), a presidenta acata a pressão política e manda recolher uma série de produtos que estavam sendo organizados tanto pelo Ministério da Educação quanto pelo da Saúde. Não bastando isso, ela dá uma declaração na qual uma frase em específico foi recortada e utilizada pela mídia, onde ela dizia que “Não aceito propaganda de opções sexuais”⁹. Dois

⁷ <https://adiadorim.org/opiniao/2021/05/10-anos-do-kit-gay-fake-news-que-virou-simbolo-contr-a-populacao-lgbti-brasileira/>

⁸ <https://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>

⁹ <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/26/nao-aceito-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-sobre-kit-anti-homofobia.htm>

anos após todo esse jogo, em 07 de março de 2013, um dos seus principais expoentes, o pastor evangélico Marco Feliciano, é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados¹⁰.

Desde então, a ideia de “ideologia de gênero” passou a ser carta coringa acionada por diferentes atores conservadores para mobilizar o medo e o ódio contra minorias e desde então vem agenciando resultados de eleições. Uma avalanche se seguiu nos anos seguintes e cenas como o golpe que produz o impeachment de Dilma, a prisão arbitrária do ex-presidente Lula, as composições que culminam na eleição de Bolsonaro em 2018 e toda a máquina produtora de mentiras que circundam todos os movimentos políticos de mobilização das massas eleitorais foram dando tons de sufocamento em quem observa com alguma crítica as cenas políticas brasileiras. Um importante registro das eleições de 2018 foi feito no documentário intitulado *Gênero sob Ataque*¹¹, dirigido por Jerónimo Centurión onde apresenta os processos eleitorais da Costa Rica, Brasil, Colômbia e Peru. O argumento fortemente apresentado no filme é a percepção de como as pautas de gênero foram centrais nos rumos eleitorais desses quatro países, em um movimento orquestrado de ataques da extrema direita que se valiam dos mesmos argumentos e, em muitos casos, das mesmas mentiras propagadas.

Em 2022 vivemos no Brasil um movimento de retomada onde, com a eleição do presidente Lula, um conjunto de pautas volta a ser possíveis de produzir desde o Estado a partir de 2023. A maioria dos espaços de participação social haviam sido desmontados já no início de 2019, inclusive o Conselho Nacional LGBTI e a possibilidade de realização de conferências. Vivemos um movimento de retomada de possibilidades e um sopro de esperança mudou os ares de Brasília para diferentes grupos minoritários. No contexto do Ministério da Saúde, a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) começa a compor um grupo de trabalhos com o objetivo de revisitar e atualizar o então chamado “Processo Transexualizador”. Fui uma das especialistas convidadas para compor o GT no Ministério da Saúde que, no decorrer de 2023 teve como tarefa discutir e redesenhar completamente a política de cuidado para pessoas trans no Brasil. Ao fim do ciclo de trabalho, pudemos criar algo radicalmente distinto do que antes era proposto e curiosamente, parte da radicalidade do cuidado veio do esforço de adequar o cuidado a pessoas trans nas perspectivas éticas e políticas que o próprio SUS já tinha como princípios fundamentais, como a integralidade, territorialidade do cuidado e intersetorialidade (TEIXEIRA et al, 2025). Algumas defesas precisaram ser feitas, como a necessidade de pautar despatologização e a importância de entender que a psiquiatria não poderia de modo algum ser saber tutelar sobre os cuidados de saúde trans. Além disso, capilarizar o acompanhamento pelos diferentes níveis da rede foi elemento que ajudou a desenhar um programa que separou serviços ambulatoriais de serviços cirúrgicos, além de organizar os serviços em quatro diferentes níveis de complexidade, alinhados a atenção básica, secundária ou terciária. Pensar cui-

¹⁰ <https://www.camara.leg.br/tv/397533-deputado-pastor-marco-feliciano-psc-sp-e-eleito-novo-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>

¹¹ https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M

Ensaio *Essay*

dado de jovens trans e suas famílias, respeitando as normativas vigentes, fomentando a pesquisa acadêmica e ofertando acolhimento psicossocial e espaços de orientação e escuta para famílias foi uma das linhas de cuidado desenhadas, entre muitas outras na tentativa de acolher todas as esferas das vidas trans em sua relação com o campo da saúde. Sabíamos enquanto *gt* que este seria o ponto nevrálgico tomado pelos conservadores para tentar boicotar todo o programa, contudo é um enorme problema de saúde e não poderíamos de modo algum nos negar a conversar sobre juventudes e suas famílias e nos permitir ser pautados pelo medo. Aqui cabe abrir um parêntese para marcar que um dos grandes espantalhos de produção de mentiras do presente é a ideia absurda de que existiria algo como um “lobby trans” ou um “transativismo” com o ideal de harmonizar criancinhas. Tal ideia se assemelha aos fantasmas de décadas passadas de que comunistas eram canibais que comiam crianças. Sobre pessoas trans e crianças, apesar de absurda, esta ideia é reproduzida tanto por evangélicos neo pentecostais como os da bancada da bíblia, quanto por feministas transfóbicas. Também é a mesma afirmação do movimento LGB internacional. Não espanta, portanto, que este tenha sido o principal argumento acionado por esses três grupos para se contrapor ao Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans – PAES Pop Trans, política que criamos como atualização do antigo processo transexualizador do SUS.

Uma vez finalizado o processo, o programa seguiu como pauta da reunião ordinária do conselho intergestor tripartite e, começou a circular em espaços transfóbicos. Mídias sensacionalistas começam a atacar o programa, parlamentares de direita começam a questionar e mover instrumentos do legislativo para embarrear e mesmo um movimento de mulheres transfóbicas chamado *mátia*, dirige uma ação extrajudicial ao Ministério da Saúde apontando supostas “irregularidades” da existência de um programa de cuidado integral para pessoas trans¹². Acompanhamos com muita atenção a reunião do conselho intergestor tripartite do dia 1 de fevereiro de 2024 e, para nossa alegria e esperança, o programa foi apresentado pela Flávia Teixeira, coordenadora e articuladora de todo processo e foi aprovado por unanimidade pelo conjunto de membros do conselho sem nenhum questionamento. Havia passado a pior trincheira, pensamos. Contudo, entre a aprovação na reunião ordinária e a mesa da ministra Nísia Trindade algo se passou, ou melhor, algo não passou. O PAES Pop Trans, apesar de ser aprovado, nunca chegou a ser assinado pela ministra Nísia. Um ano depois, o presidente Lula destituiu a ministra do seu cargo e em seu lugar indicou Alexandre Padilha. Algumas perspectivas de análise apontam que um dos motivos dessa troca, apesar do bom trabalho da ministra na reconstrução completa do Ministério após anos de devastação das políticas de saúde no Brasil, foi a pressão de grupos opositores que tem interesses políticos e econômicos no Ministério da Saúde¹³ e não conseguiam espaços de negociação com a Ministra. A troca teria sido então uma tentativa de evitar tensionamentos com o parlamento. Nísia foi a primeira mulher ministra da Saúde e o modo como sua demissão ocorreu foi considerada desrespeitosa por muitos coletivos de

¹² <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9925825>

¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/27/por-que-nisia-trindade-caiu/>

mulheres¹⁴.

Em paralelo ao movimento de troca de ministros, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publica a resolução 2427, de 8 de abril de 2025 que, segundo informado no próprio texto do documento, *“Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências”*¹⁵. A escolha por termos patologizantes para se referir a pessoas trans, tratando a existência trans como patologia já aponta o caráter discriminatório e ressentido do documento. Quando contraposto ao modelo de saúde integral, despatologizada e promotora de dignidade para pessoas trans que pudemos defender e estabelecer no PAES Pop Trans, podemos facilmente entender esta resolução do CFM como uma resposta direta ao nosso trabalho e tentativa de reafirmar o poder médico a tutelar as vidas trans, estas ainda alocadas no lugar da anormalidade e da patologia. Enquanto a resolução que normatiza o trabalho de profissionais de medicina em todo o Brasil passou a entrar em vigor, é protocolada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7806¹⁶ proposta pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), junto com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Ao ser convidado a se posicionar, o Ministro Alexandre Padilha (que também é médico) envia um comunicado ao STF em 18 de agosto de 2025 apontando que a resolução do conselho federal de medicina seguia sim as recomendações do SUS e ele não identificava quaisquer prejuízos decorrentes da resolução¹⁷.

Para mim é muito triste perceber que o programa que desenhamos poderia proporcionar uma melhoria significativa na qualidade de vida de todas as pessoas trans no Brasil, num entendimento que, ao redimensionar o cuidado desde a perspectiva da integralidade e ao entender que pessoas trans tem necessidades singulares assim como todas as pessoas cis, contudo enfrentamos grandes barreiras no acesso a serviços básicos de saúde, convocar a atenção básica junto com estratégias de matriciamento, formaria uma enorme rede de acompanhamento e inserção de pessoas trans em todo o Brasil, nos diferentes caminhos do Sistema Único de Saúde. O Paes Pop Trans sem dúvida seria uma revolução técnica e epistemológica, mas também sobretudo política, em entender o SUS como uma grande possibilidade de promoção de vida e de cidadania para um segmento ainda muito marginalizado em todas as cidades deste país. Com as sinalizações todas do ministro que segue alinhado a um conselho de medicina extremamente conservador com relação a todas as pautas de direitos humanos e com um chefe do poder executivo que segue abrindo amplas negociações com os grupos verdadeiramente inimigos da esquerda e do povo e que articulam descaradamente a destruição do presidente (e da democracia inteira), não tenho esperanças de que o nosso programa de atenção especializada à saúde da população trans, será aprovado ainda neste governo. O próximo, sequer conseguimos

¹⁴ <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/sus/o-que-representa-a-demissao-de-nisia/>

¹⁵ <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2025/2427>

¹⁶ <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=7235041>

¹⁷ <https://portal.cfm.org.br/noticias/ministerio-da-saude-diz-que-resolucao-do-cfm-sobre-transgeneros-segue-parametros-do-sus>

antever como será, de tão imprevisível e nebuloso que o ar parece ir se compondo. Mas uma questão vai sendo confirmada, mesmo em governos supostamente alinhados às pautas de garantia de direitos, os direitos de pessoas trans parecem seguir sendo os que mais incomodam as hordas conservadoras e, por isso, os primeiros a se abrir mão em nome de uma suposta “governabilidade”. Para não incomodar quem nos odeia, nossas cabeças e garantias de dignidades mínimas seguem dadas de bandeja sem o menor pudor.

Por fim, ainda é preciso estarmos atentos e fortes!

Ao chegar em uma conclusão provisória de breves paisagens deste ensaio, a voz de Gal Costa em 1969 ecoa aqui no cômodo cantando que “É preciso estar atenta e forte, não temos medo de temer a morte!” Penso como parte significativa de pessoas cisheterossexuais, brancas universitárias e com acesso a recursos econômicos, viveram o sentimento de medo generalizado e possibilidade iminente da morte arbitrária em contextos da ditadura civil-militar. Penso também como é curioso que, para ampla parcela da população, incluindo pessoas negras, pessoas LGBTI, pessoas em situação de rua, pessoas moradoras de territórios contra os quais o Estado promove guerras, mulheres cis que lidam com diferentes camadas de violência doméstica e de gênero entre outros grupos sociais, o sentimento de alerta é uma constante todos os dias. Gal aqui ganha ecos contemporâneos ao me fazer pensar que, diante das rachaduras de um mundo quebrado, diante de impossibilidades de esperar que o Estado Brasileiro nos garanta alguma proteção plena sem negociar termos com nossos opressores (mesmo sob o governo do PT), des+esperar, na lição que Jota Mombaça toma de Lauren Olamina, convoca em nós uma micropolítica ativa, de compor nossas vidas possíveis através e apesar das instituições. Penso aqui num importante debate feito no livro *Bash Back! Ultraviolência Queer*, em especial num capítulo intitulado *Rumo a mais queer das insurreições*, Mary Nardini Gang comenta sobre como o lugar da dissidência também é um local que nos convoca a constante análise sobre a norma, posto que, nossa humanidade é avaliada por ela a todo o momento.

A perspectiva de queers dentro de um mundo (cis)heteronormativo é uma lente pela qual podemos criticar e atacar o aparato do capitalismo. Podemos analisar as maneiras pelas quais a medicina, o sistema penitenciário, a igreja, o Estado, o casamento, a mídia, as fronteiras, as forças armadas e a polícia são usadas para nos controlar e destruir. E o mais importante, podemos usar esses casos para articular uma crítica coesa de todos os modos em que a alienação e a dominação são usadas contra nós. (GANG, 2020 p. 27)

Entender que o lugar do fora nos convoca a um campo de observação atenta, nos ajuda a perceber nosso potencial monstruoso de não só enxergar no escuro, como conseguir perceber os nós das diferentes opressões na composição de impossibilidades do presente. Retomo aqui a percepção monstruosa das sete teses de Jerome Cohen. Em uma das teses, ele aponta como um dos movimentos produtores de terror para a normalidade é a propensão monstruosa a sempre mudar. É essa justamente a ferramenta que faz com

que, independentemente das forças destrutivas e mortificadoras empregadas, o monstro sempre escapa. Ainda dialogando com Jota Mombaça, ela aponta sobre como eles não sabem, mas somos imorríveis porque nos proliferamos umas nas outras. Não como povo, mas como peste.

Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (MOMBAÇA, 2016)

Em contos de terror, o fantasma da bruxa sempre volta buscando vingança, tanto que são muitos os perigos alertados pelo *Malleus Maleficarum* mesmo após o extermínio da bruxa. Do mesmo modo, Cohen (2000) segue nos lembrando que monstres podemos ser expulsos para os pontos mais distantes da existência, mas, para azar de conservadores e parlamentares que nos acham incômodos, sempre retornaremos, seja com nosso próprio rosto, seja com rostos das próximas gerações a reivindicar vida plena depois de nós, para apontar os limites frágeis que sustentam o mundo que é forjado para não nos caber.

Os monstros são nossos filhos. Eles podem ser expulsos para as mais distantes margens da geografia e do discurso, escondidos nas margens do mundo e dos proibidos recantos de nossa mente, mas eles sempre retornam. E quando eles regressam, eles trazem não apenas um conhecimento mais pleno de nosso lugar na história e na história do conhecimento de nosso lugar, mas eles carregam um autoconhecimento, um conhecimento humano — e um discurso ainda mais sagrado na medida em que ele surge de Fora. Esses monstros nos perguntam como percebemos o mundo e nos interpelam sobre como temos representado mal aquilo que tentamos situar. Eles nos pedem para reavaliarmos nossos pressupostos culturais sobre raça, gênero, sexualidade e nossa percepção da diferença, nossa tolerância relativamente à sua expressão. Eles nos perguntam por que os criamos. (COHEN, 2000. p.54-55)

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COHEN, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos Monstros – os prazeres e perigos da confusão de fronteiras**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, nº 8785, p. 2, 01/05/ de 1987.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Seção Garamond Universitária, 2005.

GANG, Mary Nardini. Rumo à mais queer das insurreições em **Bash Back! Ultraviolência Queer**. Traduzido por Beatriz Regina Guimarães Barboza, Emanuela Carla Siqueira, Julia Raiz do Nascimento. São Paulo, SP: Crocodilo; n-1 edições, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARAWAY, Donna (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras** [1487]. Tradução Paulo Fróes; Rose Marie Muraro; Carlos Byington. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Lauren Olamina e eu nos portões do fim do mundo**. Fundação Bienal de São Paulo: São Paulo, 2016.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TEIXEIRA, F. DO B. et al.. Entre o território e a gestão: construindo pontes na elaboração do Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 29, p. e240520, 2025.

Como citar:

CAVALCANTE, Céu. Ensaio, **Mulheres, Monstres e Entremeios**. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 7, n. 71, p.249-267, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metax>

Como citar:

CAVALCANTI, Céu. **Mulheres, Monstres e Entremeios**. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 71, p. 249-267, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>